



EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, Salas 701/705, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: 61 37732700 - <https://enbpar.gov.br>

EDITAL Nº 90002/2026

Processo nº 48110.000857/2025-75

A **Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar**, torna público para conhecimento dos interessados que esta Empresa, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.913.162/0001–23, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet, coffee-break e coquetel volante*, a fim de atender as necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital. A sessão pública será realizada pelo Portal de Compras do Governo Federal, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015 (ME/EPP); da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar; e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressos neste Edital e em seus Anexos.

1. DOS EVENTOS

1.1. O recebimento das proposições de preços ocorrerá a partir da disponibilização deste Edital no Portal de Compras do Governo Federal, até as 09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos) do dia agendado para a realização da sessão pública, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A Sessão Pública na internet para recebimento dos lances terá início às **10h do dia 23/02/2026** no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3. Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília - DF.

1.4. As respostas aos questionamentos/impugnações serão disponibilizadas no <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio da ENBPar <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/>.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação destina-se à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet, coffee-break e coquetel volante*, a fim de atender as necessidades da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital.

2.2. O valor máximo que a ENBPar pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado no “chat” imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos Licitantes, entretanto, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

2.3. O valor ofertado deverá considerar:

- I - O valor unitário do item e o valor total que compõe o GRUPO;
- II - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. A licitação será realizada em grupo único, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que a compõem, conforme abaixo:

Grupo	Item	Tipo de serviço ou produto	Descrição/Especificação do item	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Água Mineral – garrafa 500	Fornecimento de água mineral com e sem gás	459959	Garrafa	250

Grupo	Item	Tipo de serviço ou produto	Descrição/Especificação do item	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
		ml	em garrafa individual de 500ml, gelada.			
	2	Água Mineral - galão 20L	Água mineral natural, sem gás, em garrafão de 20L.	459959	Galão	50
	3	Bebedouro Vertical	Locação de bebedouro vertical com duas torneiras de pressão (saída de água natural e gelada), sistema para resfriamento da bebida. Capacidade para suportar garrafão de água de 20 (vinte) litros, tensão 110/220 V e suporte para copo descartável.	477109	Unidade/Diária 24h	20
	4	Almoço/Jantar – servido à americana	Fornecimento de <i>buffet</i> completo no modelo "à americana"	27111	Por pessoa	500
	5	<i>Coffee-break</i>	Fornecimento de <i>coffee-break</i>	27112	Por pessoa	1.000
	6	Coquetel volante	Fornecimento de coquetel volante	20052	Por pessoa	500

3.2. O detalhamento das especificações técnicas, condições e forma de execução do objeto constam no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

4. DOS ANEXOS

4.1. São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

a) Termo de Referência – **ANEXO A**;

a.1) Anexo A - Modelo de proposta

a.2) Anexo B - Certificado de Aceitação Provisória (CAP)

a.3) Anexo C - Certificado de Aceitação Definitiva (CAD)

a.4) Anexo D - Modelo de Ordem de Serviço (OS)

a.5) Anexo E - Especificações dos Itens

b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

b.1) Apêndice A – MATRIZ DE RISCO;

c) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO C**.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da Participação

5.1. Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

5.2. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

5.3. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta na Página do Fornecedor no Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

5.4. O credenciamento dar-se-á após a criação de conta no gov.br, utilizada para acessar todos os serviços digitais do Governo Federal, inclusive o [Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

5.5. Após criar uma conta, o credenciamento será realizado gratuitamente junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) por meio do Aplicativo do [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) ou diretamente no SICAF.

5.6. O credenciamento junto ao provedor no Sistema implica na responsabilização legal da Licitante e de seu representante, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.7. É de exclusiva responsabilidade do Licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao provedor do Sistema e à ENBPar, a promotora da presente licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

6. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

6.1. Estará impedida de participar de licitações a empresa:

- I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Administrador (inclusive Diretor) ou empregado da ENBPar;
- II - Que esteja com o direito de licitar e contratar com a ENBPar suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União;
- III - Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV - Constituída por sócio de pessoa jurídica que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União;
- IX - Cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto;
- X - Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
- XI - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.2. Também estarão impedidas:

- I - Contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em Licitação, na condição de Licitante;
- II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da ENBPar;
 - b) Empregado da ENBPar, cujas atribuições envolvam atuação na ALC, na CONJUR, nas Assessorias da Presidência e/ou na respectiva Unidade Solicitante; e,
 - c) Autoridade do Ministério de Minas e Energia.
- III - A pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social tenha sido administrador (inclusive Diretor) da ENBPar, ou empregado da Companhia em alguma das situações descritas na letra “b” do item II acima, e terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ENBPar há menos de 6 (seis) meses.

6.2.1. As empresas com as sanções mencionadas nos incisos II, III e IV do item 6.1 deste Edital, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), disponível no Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

6.2.2. As informações poderão ainda ser consultadas no endereço que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do Conselho Nacional de Justiça (CNIA), do Portal da Transparência (CEIS/CNEP), e do próprio TCU.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1. As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

7.2. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, o(a) Pregoeiro(a) auxiliado(a) pela Equipe de Apoio consultarão o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.

7.3. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapolam os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).

7.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor da Licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste Edital.

7.5. O(A) Pregoeiro (a) poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na Junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.

7.6. As empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (caput do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

7.7. Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da ENBPar, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

7.8. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016. É facultado à ENBPar revogar a Licitação ou convocar os Licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do objeto desta licitação será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

9. DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

9.1. Os Licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.2. A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. No cadastramento da proposta inicial, o Licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

10.4. A falsidade das declarações de que trata os itens 10.2 ou 10.3 sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

10.5. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

10.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo Licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos Licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o Licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 10.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 10.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 10.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 10.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 10.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 10.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 10.8, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 10.11. Caberá ao Licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.12. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. O Licitante deverá enviar sua proposta devidamente preenchida contendo todas as especificações do objeto, bem como os valores unitário e total para todos os itens componentes do Grupo, observando-se para o valor o total o prazo de execução e de vigência previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
- 11.2. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Anexo A deste Edital, assumindo o Proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 11.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 11.4.2. Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores ao máximo estimado.
- 11.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 11.6. A Proposta deverá ser apresentada conforme o **Modelo de Proposta - Anexo A do Termo de Referência** e em conformidade com os itens a seguir:
- a) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
 - b) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá;
 - c) Ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como “conforme especificado no Edital”;
 - d) Ter, obrigatoriamente, validade declarada de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e, se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital;
 - e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso; e
 - f) Nos preços propostos, estarão computadas todas as despesas, encargos, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas que forem necessárias à execução do serviço

objeto desta Licitação.

11.7. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.8. O valor da proposta do Licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com o(a) Pregoeiro(a).

11.9. Os Licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a apresentação das propostas vincula a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento ou desacordo de qualquer pormenor.

11.10. O Licitante vencedor poderá, a critério da ENBPar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, apresentar planilha de formação dos preços, com notas explicativas para cada valor final ofertado, indicando os insumos que recaem sobre os custos da sua proposta comercial (tais como mão-de-obra; encargos; tributos; taxas de câmbio, quando for o caso; dentre outros), detalhando as proporções incidentes nos valores dos serviços, quando cabível.

11.10.1. O detalhamento da formação dos preços de que trata este item possibilitará, durante a execução contratual, a análise de eventual solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentada pela Contratada.

11.10.2. Estará dispensado dessa obrigação o Licitante vencedor que já tiver apresentado sua proposta comercial com o detalhamento da formação dos seus preços.

12. DA DILIGÊNCIA

12.1. A qualquer tempo, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, por iniciativa do(a) Pregoeiro(a), conforme aplicável, a quem caberá indicar a forma pela qual a diligência será realizada.

12.1.1. A diligência poderá ser realizada in loco ou por meio postal, telefônico, eletrônico ou consulta ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.

12.1.2. O registro das diligências realizadas deverá conter, minimamente, local, data, horário, procedimento e objeto, bem assim o nome e a função dos responsáveis pela sua realização, e, ainda, as informações colhidas, devendo ser anexado à documentação da licitação.

12.1.3. O(A) Pregoeiro (a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que esta seja demonstrada.

12.1.4. O(A) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível aos Licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.1.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Portal de Compras do Governo Federal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.3. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

13.4. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail, exceto quando necessário para informar, através do e-mail licitacoes@enbpar.gov.br, inconsistências e dificuldades de acesso e/ou operacionalização do Portal de Compras, observado o disposto nos subitens 16.4 e 16.5 deste Edital.

13.4.1. Por ocasião do recebimento da comunicação por e-mail supramencionada, poderá ser aberto o campo de diligência no Portal de Compras para a inserção, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, dos documentos que comprovem o contato e a abertura de chamado, com a resposta do provedor do sistema eletrônico, se for o caso.

13.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

13.7. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.8. O lance deverá ser ofertado considerando os **valores unitário dos itens e total do grupo**.

- 13.9. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 13.10. O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.11. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).
- 13.12. O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 13.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de (10) dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 13.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 13.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 13.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 13.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os Licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 13.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.
- 13.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.
- 13.17. Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 13.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 13.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 13.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 13.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 13.18.4. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao Licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.18.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o prazo.
- 13.19. Havendo eventual empate entre as propostas ou lances, o critério de desempate será adotado nesta ordem:
- I - disputa final, hipótese em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II - avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
 - III - desenvolvimento pelo Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
 - IV - desenvolvimento pelo Licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:

- I - empresas brasileiras;
- II - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- III - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

13.20.1. As regras supramencionadas não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

13.20.2. Se mesmo após a aplicação dos procedimentos ainda persistir o empate, será realizado sorteio eletrônico.

13.21. O sorteio eletrônico ocorre de forma automática pelo Portal de Compras do Governo Federal, após identificar e aplicar os demais critérios de desempate parametrizados no sistema.

13.22. Não há possibilidade de interferência do(a) Pregoeiro(a) na aplicação dos critérios de desempate, uma vez que o Portal de Compras está parametrizado para a aplicação automática.

Desconexão do Sistema na etapa de lances

13.23. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

13.24. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Da Negociação da Proposta

13.25. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) informará o valor máximo estimado da licitação, e encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

13.26. Não será admitida a negociação da proposta para majorar o valor do último lance ofertado pela Licitante.

13.27. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

13.28. Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) informará, via “chat”, o prazo de envio da proposta negociada.

13.29. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Do empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

13.30. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

13.30.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.30.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.30.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.30.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.2. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.2. O Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.3. Constatada a existência de sanção, o Licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.5. **Será desclassificada a proposta que:**

14.5.1. conter vícios insanáveis;

14.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital;

14.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.6. **Será ainda desclassificado o Licitante que:**

14.6.1. deixar de enviar a proposta de preços e/ou documentação de habilitação solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);

14.6.2. enviar a documentação por meio divergente do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), mesmo que seja dentro do prazo determinado;

14.6.3. não enviar a documentação pela ferramenta “Convocar Anexo” no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a);

14.6.4. não atender qualquer solicitação realizada pelo(a) Pregoeiro(a), via chat, sendo concedido o prazo de 1 (uma) hora após a tentativa de comunicação para a licitante se manifestar;

14.6.5. deixar, injustificadamente, de cumprir a diligência solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);

14.6.6. deixar, injustificadamente, de responder à convocação via chat realizada pelo(a) Pregoeiro(a);

14.6.7. tenha se declarado e usufruído dos direitos exclusivos das empresas enquadradas como ME/EPP, e for constatado o respectivo desenquadramento;

14.6.8. cujos valores da proposta sejam diferentes do valor negociado no Sistema com o(a) Pregoeiro(a) ao final da etapa de lances.

14.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

14.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

a) que o custo do Licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários, a Licitante deverá observar os valores máximos definidos tanto para os itens quanto para o grupo, ainda que o critério de julgamento seja o de menor preço global, sob pena de desclassificação.

14.11. Erros sanáveis no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

14.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

14.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da unidade solicitante ou da área especializada no objeto.

15. DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do Licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.3. Na hipótese de o Licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.4. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.5. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

15.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao Licitante vencedor.

15.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do Licitante melhor classificado.

15.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

15.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos Licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.9. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 15.5.1.

15.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do Licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

15.12. Será considerado inabilitado o Licitante:

a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a ENBPar ou com a Administração Pública, observado o âmbito de aplicação, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

15.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.14. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

16. DO ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO

16.1. Caso o(a) Pregoeiro(a) necessite de documentos complementares, estes serão solicitados pela opção "Convocar Anexo" do Portal de Compras do Governo Federal, dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação.

16.2. A documentação enviada pelo Sistema deverá ser apresentada em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes opções:

- I - No original, em meio físico ou digital, cada qual na forma da respectiva legislação específica;
- II - Por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou por meio digital, assim reconhecido pela respectiva legislação específica;
- III - Cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais ou cópias autenticadas, nos termos referidos itens I e II, para conferência pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- IV - Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

16.3. O não atendimento da referida convocação, o atendimento de forma intempestiva ou o envio em meio não permitido ou solicitado acarretará na desclassificação sumária do Licitante.

16.4. Caso o Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo pelo sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

16.5. Caso o sítio oficial (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) esteja indisponível, deverá o licitante registrar o ocorrido junto à Central de Atendimento disponível no Portal de Compras do Governo Federal (<https://portaldeservicos.economia.gov.br/>) ou pelo telefone 0800-978-9001.

17. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

17.1. Para fins de habilitação no certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

Da Habilitação Jurídica

17.2. Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- I - Documento de identificação, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante;
- II - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V - Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas II, III e IV; e
- VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

17.3. As regularidades Fiscal e Trabalhista serão comprovadas com a apresentação das seguintes documentações:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- II - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;
- III - Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal; e
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal será aceita Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

17.3.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da Licitante.

17.3.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da Licitante, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a) Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- b) Se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que pela própria natureza comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

Da Qualificação Técnica

17.4. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar a documentação exigida no **item 13.4** do Termo de Referência, Anexo A do presente Edital.

Da Qualificação Econômico-Financeira

17.5. A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso;
- II - Apresentação das Demonstrações Contábeis denominadas: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, referentes ao último exercício social, já exigíveis, devidamente aprovadas na forma da legislação em vigor.

17.6. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante (ou em outro órgão equivalente), devendo as Demonstrações Contábeis, obrigatoriamente, serem assinadas por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela escrituração contábil-fiscal, conjuntamente com o(s) sócio(s) administrador(es).

17.7. Para as Licitantes que tiverem iniciado suas atividades no exercício em que se realiza a licitação será admitida a apresentação de balanço de abertura, que deve conter a assinatura do representante legal da empresa, do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, e este, necessariamente, registrado no Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC ou Junta Comercial ou órgão equivalente. No caso de sociedades civis tais documentos poderão ser registrados em cartório competente.

17.8. É vedada a substituição das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

17.9. As Licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o recebido de entrega emitido pelo SPED.

17.10. A comprovação da boa situação econômico-financeira do Licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$SG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

$$LC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

17.11. O Licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos no inciso anterior, fica obrigada a comprovar na data de apresentação da documentação, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

17.11.1. Os índices de que tratam o item 17.10 deverão ser calculados pelo Licitante e ratificados pelo responsável por sua contabilidade, mediante aposição de assinatura e indicação do seu nome e do número de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Das Declarações

17.12. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

17.12.1. Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.2. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.3. Declaração de Ciência do Edital, para comprovação de ciência e concordância com as condições contidas deste edital e seus anexos, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos neste Edital.

17.12.4. Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17.12.5. Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

17.12.6. Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa Licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.

17.12.7. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

17.12.8. Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

17.13. No ato de cadastro das propostas, a proponente deverá incluir todas as declarações contidas no sistema, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Declaração de Antinepotismo

17.14. A Licitante deverá apresentar a Declaração de Antinepotismo, conforme o modelo do **Anexo C** deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303, de 2016.

18. DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Da Impugnação

18.1. Eventual Impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, devidamente instruída, ao(à) Pregoeiro(a) e à Equipe de Apoio, exclusivamente, por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacoes@enbpar.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública desta Licitação.

18.1.1. Não serão conhecidas impugnações interpostas após o prazo e não forem apresentadas na forma estabelecida no item 18.1.

18.2. O prazo para o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Equipe de Apoio, decidir sobre a Impugnação será de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Do Recurso

18.5. Declarado o vencedor da Licitação, qualquer Licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do Sistema.

18.5.1. O prazo para manifestação de intenção de recursos, seja do julgamento da proposta ou da fase de habilitação, será de 10 (dez) minutos e aberto automaticamente pelo Sistema.

18.5.2. Os licitantes serão informados da convocação para registro de intenção de recorrer via chat, por meio de mensagem automática enviada pelo Sistema.

18.5.3. O prazo de 10 (dez) minutos tem efeito preclusivo, não sendo possível a manifestação após encerrado, tampouco é possível a prorrogação pelo Pregoeiro(a).

18.6. O Licitante que manifestar interesse em recorrer terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo; igual prazo será garantido aos demais Licitantes para apresentação de contrarrazões recursais, contado a partir do término do prazo do Licitante recorrente.

18.7. O(A) Pregoeiro(a) decidirá, em até 03 (três) dias úteis, reconsiderar o ato recorrido ou prestar as informações correspondentes, e enviará a sua decisão para apreciação da Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar.

18.8. Os recursos serão recebidos exclusivamente no Portal de Compras do Governo Federal, no campo específico para o envio das razões recursais, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

18.9. A Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar emitirá parecer em até 03 (três) dias úteis.

- 18.10. Caberá ao Diretor-Presidente da ENBPar emitir decisão final acerca do recurso em até 10 (dez) dias úteis, nos casos em que não for acolhido o recurso pelo(a) Pregoeiro(a).
- 18.11. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.
- 18.12. O recurso interposto contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.
- 18.13. Os recursos ou contrarrazões apresentadas em desacordo com as condições deste Edital não serão conhecidos.
- 18.14. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.15. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto desta Licitação à Licitante vencedora do certame.
- 18.16. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos recursos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

Do Pedido de Esclarecimento

- 18.17. Qualquer pessoa é parte legítima para questionar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei nº 14.133, de 2021 (no que couber), devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 18.18. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.19. Os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente, pelo seguinte endereço eletrônico: licitacoes@enbpar.gov.br.
- 18.20. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.21. Acolhido o questionamento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.22. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos questionamentos, mediante a inserção no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> e publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

19. DA HOMOLOGAÇÃO

- 19.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), se não houver recurso, ou à vista da decisão do recurso, se este for o resultado da licitação será submetido à consideração do Diretor-Presidente da ENBPar, para fins de homologação.
- 19.2. Quando o adjudicatário não cumprir o prazo e as demais condições estabelecidas neste Edital, será facultado à ENBPar:

- a) Convocar os Licitantes remanescentes registrados, na ordem de classificação; ou
- b) Revogar a Licitação.

20. DO CONTRATO A SER CELEBRADO

Dos Prazos

- 20.1. O contrato decorrente deste Edital terá prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses e a vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses, contados da data de sua assinatura, admitindo-se a prorrogação, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

Da Convocação do Adjudicatário

- 20.2. Fica estabelecido o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação do resultado de julgamento no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do adjudicatário visando à celebração do contrato.
- 20.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ENBPar.
- 20.4. Na hipótese de que o adjudicatário não compareça ou recuse-se, de maneira injustificada, a cumprir com o objeto ora contratado, fica facultado à ENBPar convocar os Licitantes remanescentes, por ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 20.5. Fica facultado à ENBPar, quando a convocada não assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos: revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital; ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

Da Manutenção das Condições de Habilitação

- 20.6. Na assinatura do contrato, será verificada a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante toda a vigência do contrato.

Da Convocação dos Licitantes Remanescentes

20.7. Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

20.8. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do Contrato, a CONTRATADA deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido neste Termo, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.

Da Garantia Contratual

20.9. Será exigida garantia contratual de que trata o art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado.

20.10. O contrato oferecerá detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia contratual.

20.11. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do contrato, a Contratada deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido no contrato, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o Licitante que:

21.1.1. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

21.1.2. Demonstre possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados;

21.1.3. Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

21.1.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

21.1.7. Não manter a proposta; e

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013.

21.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ENBPar, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

21.4. Se durante o processo de aplicação da penalidade for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 11.129, de 2022.

21.5. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR ou a negociação do acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ENBPar deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, de que trata a Lei nº 12.846, de 2013.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

22.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.900.000 (Outros Serviços de Terceiros) para o exercício de 2025, devendo ser informados/atualizados conforme programação/reprogramação do Programa de Dispêndios Globais - PDG para o exercício subsequente.

23. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

23.1. A autoridade da ENBPar competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital poderá:

a) Revogar a Licitação - por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e

b) Anular a Licitação - por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2. Os Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé de ressarcimento dos encargos que, comprovadamente, tiver suportado no cumprimento do contrato.

24. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

24.1. Os critérios referentes às obrigações da contratante estão previstos no **item 14** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

25. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADE - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Os critérios referentes às obrigações da contratada estão previstos no **item 15** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

26. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

26.1. Os critérios referentes à localização para prestação dos serviços estão previstos no **item 7** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

27. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

27.1. Os critérios referentes à fiscalização e gestão contratual estão previstos no **item 17** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

28.1. Os critérios referentes à condições de pagamento estão previstos no **item 20** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

29. DO REAJUSTE

29.1. Os critérios referentes ao reajuste contratual estão previstos no **item 22** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

30. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

30.1. Os critérios referentes à garantia do objeto estão previstos no **item 18** do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. A participação na presente Licitação implica na concordância com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

31.2. Os Licitantes arcarão, exclusiva e integralmente, com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

31.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e/ou em seus Anexos.

31.4. Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico.

31.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

31.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na ENBPar.

31.7. Esta Licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

31.8. Para dirimir as questões oriundas desta Licitação será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

31.9. Em caso de divergência entre o <https://www.gov.br/compras/pt-br> e este Edital e Anexos, prevalecerão as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

31.10. Este Edital, além da ampla publicidade decorrente da legislação, encontra-se disponível, na íntegra, na página da ENBPar na Internet: <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

(Assinado eletronicamente)

LEANDRO XINGÓ TENÓRIO DE OLIVEIRA

Diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Xingó Tenório de Oliveira, Diretor**, em 02/02/2026, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://enbpar.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0052825** e o código CRC **96F5713E**.

ANEXO "A" DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ANEXOS**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 65/2025/GCIC/SRH/DG**

Processo nº 48110.000857/2025-75

1. OBJETIVO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet, coffee-break* e coquetel volante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por grupo conforme tabela constante no item 4 deste Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço Global**, observadas as exigências e as especificações do objeto.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet, coffee-break* e coquetel volante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), sob forma de sociedade anônima, que teve a sua criação autorizada pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e constituição feita pelo Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021, visando viabilizar o processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras).

3.2. A realização de eventos visa difundir a marca da Empresa, assim como apresentar as áreas de atuação da ENBPar.

3.3. A promoção de eventos está em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico da ENBPar, que aborda o desenvolvimento de iniciativas que ampliem a participação e o reconhecimento do Grupo ENBPar no setor energético. Desta forma, a realização e participação em eventos é fundamental.

3.4. Além disso, a contratação irá viabilizar a realização de eventos internos, institucionais, cursos e treinamentos para os profissionais que atuam na ENBPar.

3.5. Entende-se também que os eventos internos e externos são oportunidades fundamentais para a consolidação da marca, sendo uma importante ferramenta de comunicação, além de serem ferramentas de transparência e publicidade da atividades da Empresa.

3.6. A realização desses eventos envolve atividades técnicas que demandam expertise profissional. Tais serviços exigem mão de obra especializada, equipamentos adequados e capacidade de resposta em diferentes formatos de realização, condições que não podem ser atendidas pela estrutura interna da ENBPar, tornando indispensável a contratação de empresa qualificada.

3.7. Dentro do cronograma de eventos que demandarão, para os anos de 2025 e 2026, mão de obra qualificada e serviços específicos, estão a comemoração do aniversário da Empresa, eventos de divulgação de balanços institucionais, eventos de entrega dos Programas Luz para Todos, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), eventos internos de conscientização e valorização da saúde e

bem-estar (como Outubro Rosa, Novembro Azul, Dia das Mães, Dia dos Pais, confraternização de Natal, entre outros) e outros eventos internos e externos que venham a ser necessários para atender demandas estratégicas de comunicação e representação institucional.

3.8. A ENBPar é uma empresa importante para o Brasil e tem entregas relevantes que devem ser comunicadas da melhor forma possível. A realização de eventos de entregas, balanços, apresentações e demais objetivos é de praxe no Governo Federal e servem como forma de prestação de contas para a sociedade.

3.9. Por fim, cabe ressaltar que os eventos são importantes instrumentos de valorização da imagem institucional da Empresa e consolidação da marca "ENBPar" no contexto externo, conferindo o reconhecimento de toda a sociedade.

3.10. Diante do exposto, os itens foram agrupados com características semelhantes, garantindo maior celeridade e eficiência às várias etapas procedimentais relativas à licitação, formalização e acompanhamento da execução do serviço, com reflexos na economia processual e financeira, além de proporcionar uma maior atratividade para as empresas participantes da licitação.

3.11. Assim, visando o atendimento ao princípio da eficiência no sentido de preservar a manutenção da qualidade e o nível da execução e acompanhamento dos serviços, foi adotado como critério de seleção o **Menor Preço Global**.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto será o fornecimento de serviços de alimentação e bebidas, para a realização de eventos institucionais e corporativos, conforme itens abaixo.

4.2. Compreende-se como eventos: congressos, conferências, seminários, encontros tecnológicos, celebração de datas comemorativas da Empresa, rodada de negócios, palestras, exposições, oficinas de trabalho, mostras, inaugurações, realização e participação institucional em feiras, workshops, reuniões, cursos, coletivas de imprensa, encontros de relacionamento, convenção, debate, fórum, inauguração, lançamentos, painéis, posses, solenidades, visitas técnicas e treinamentos em geral, além de eventos para os profissionais da Empresa e outros.

Grupo	Item	Tipo de serviço ou produto	Descrição/Especificação do item	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Água Mineral – garrafa 500 ml	Fornecimento de água mineral com e sem gás em garrafa individual de 500ml, gelada.	459959	Garrafa	250
	2	Água Mineral - galão 20L	Água mineral natural, sem gás, em garrafão de 20L.	459959	Galão	50
	3	Bebedouro Vertical	Locação de bebedouro vertical com duas torneiras de pressão (saída de água natural e gelada), sistema para resfriamento da bebida. Capacidade para suportar garrafão de água de 20 (vinte) litros, tensão 110/220 V e suporte para copo descartável.	477109	Unidade/Diária 24h	20
	4	Almoço/Jantar – servido à americana	Fornecimento de buffet completo no modelo "à americana"	27111	Por pessoa	500
	5	Coffee-break	Fornecimento de coffee-break	27112	Por pessoa	1.000
	6	Coquetel volante	Fornecimento de coquetel volante	20052	Por pessoa	500

4.3. Os serviços deste Termo de Referência serão **SOB DEMANDA** para suprir as necessidades dos eventos a serem organizados, conforme formatação definida mediante Ordem de Serviço (OS) específica a ser expedida pela Contratante,

respeitados os limites orçamentários estabelecidos, não estando a ENBPar obrigada a contratar uma quantidade ou percentual mínimo ou máximo do estimado.

4.4. As especificações dos itens se encontram no Anexo "E" deste documento.

4.5. É sugerível que a Contratada mantenha estrutura física na cidade de Brasília (DF), onde está localizada a sede da ENBPar, para os casos de reuniões com a Gerência de Sustentabilidade, Cultura e Endomarketing. Caso haja a necessidade de reunião presencial, os custos de deslocamentos serão de responsabilidade da Contratada.

4.6. A prestação dos serviços poderão ser efetuadas nas dependências da ENBPar, em hotéis e fora do ambiente hoteleiro, nas sedes das empresas participantes da Holding e/ou parceiras, em centros de eventos ou em locais indicados pela Contratante na OS. Todas as dependências estarão localizadas na cidade sede da Empresa, localizada em Brasília (DF).

4.7. Todas as solicitações e orçamentos enviados por e-mail pela Contratante deverão ser respondidos em até 72 (setenta e duas) horas pela Contratada.

4.8. Todas as despesas com a organização, em qualquer local que seja realizado o evento, devem estar contempladas nos itens da planilha, inclusive despesas com diárias para realização dos eventos e frete dos materiais locados.

4.9. Caso a alteração da data não observe o prazo mínimo estabelecido, a Contratante ficará responsável pelo pagamento das despesas já incorridas pela empresa e impossibilitadas de negociação com o fornecedor local, mediante comprovante documental.

5. **DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

5.1. O serviço de alimentação servirá a todos os participantes dos eventos institucionais realizados pela ENBPar.

5.2. A empresa deverá prezar pela qualidade e variedade dos alimentos, cuidando para que estejam frescos e próprios para o consumo e que se observe a variedade necessária para possíveis restrições alimentares, sem perder de vista a disposição e apresentação dos alimentos servidos.

5.3. Os serviços de Buffet poderão ser realizados em qualquer data e horário, nos locais previstos no subitem 4.6 deste Termo de Referência, devendo ser requisitados com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

5.4. A Contratada deverá disponibilizar todos os materiais e equipamentos necessários à boa execução dos serviços, os quais deverão ser entregues com antecedência mínima de 3 (três) horas do início do evento a fim de estarem em pleno funcionamento 30 (trinta) minutos antes do início da prestação do serviço.

5.5. Deverá estar incluso no serviço:

- a) produtor;
- b) Montagem e Desmontagem dos equipamentos;
- c) Translado de Material e Pessoal e
- d) custos administrativos, impostos taxas e demais tributos incidentes.

5.6. A Contratada deverá responsabilizar-se pela formação da equipe de empregados, quais sejam: garçons, copeiros, cozinheiras, auxiliares de cozinha, entre outros.

5.7. A Contratada deverá disponibilizar todo o material necessário à realização dos serviços, tais como: copos (em cristal ou vidro fino), talheres, louças, pratarias (balde de gelo, bandejas, réchauds, etc.), toalhas em tecidos nobres, guardanapos de tecido e todo material de serviço como gelo, caixas térmicas, geladeiras, fornos, fogões, fritadeiras e outros, além do material de limpeza, tudo sob a supervisão da ENBPar.

5.7.1. Os utensílios em geral utilizados durante a prestação dos serviços deverão estar em boas condições de aparência e uso, possuir superfícies lisas, impermeáveis, laváveis e estar isentas de rugosidades, frestas e outras imperfeições que possam comprometer a higienização dos mesmos e serem fontes de contaminação dos alimentos.

5.7.2. Os utensílios deverão ser em quantidade suficiente para reposição, sempre que o local de realização não dispor de copa com pia para higienização dos utensílios.

5.8. A manutenção da limpeza do local de prestação do serviço, bem dos equipamentos utilizados, durante o evento, será a cargo da Contratada, devendo para isso ter uma equipe preparada para eventualidades como taças quebradas ou acidentes com o material a ser servido.

5.9. Toda a equipe de serviço deverá estar uniformizada, sendo que os garçons deverão estar com terno e sapato preto, camisa branca e gravata vertical preta.

5.10. A equipe de trabalho, bem como os pontos de serviço, deverão ser adequados ao quantitativo de convidados de forma a atender plenamente e operacionalização dos serviços, sempre visando a qualidade na prestação dos serviços objeto desta contratação. A Contratante e a Contratada definirão, após a apresentação da OS, o quantitativo necessário para a plena prestação dos serviços.

5.11. É de responsabilidade da Contratada, durante a prestação do serviço, que as bebidas e a alimentação sejam servidos à vontade durante todo o período.

5.12. A Contratada deverá observar a Resolução RDC ANVISA nº 216, de 2004, bem como legislação e/ou demais normas do órgão de vigilância sanitária.

5.13. **Duração dos serviços:**

5.13.1. ALMOÇO/JANTAR - servido à americana: duração mínima de 1h e máxima de 5h;

5.13.2. COFFEE-BREAK: duração mínima de 2 horas e máxima de 4 horas;

5.13.3. COQUETEL VOLANTE: duração mínima de 4 horas e máxima de 6 horas.

5.14. Os serviços serão pagos pelas quantidades efetivamente executadas, considerando-se os preços unitários apresentados na proposta da licitante vencedora, já incluídas todas as despesas necessárias.

5.15. Os alimentos e bebidas a serem fornecidos na execução dos serviços serão escolhidos pela Contratante de acordo com o cardápio constante na presente Especificação Técnica (Anexo E).

5.16. Os produtos deverão ser entregues bem acondicionados em embalagens térmicas e higiênicas que proporcionem sua perfeita conservação até o momento de serem consumidos.

5.17. O preparo e resfriamento das bebidas será a cargo da Contratada, assim como o gelo a ser utilizado.

5.18. Poderá ser necessária a prestação do serviço mais de uma vez no dia em decorrência da duração dos eventos, sempre previamente estipulado.

5.18.1. Os serviços aqui especificados não excluem outros serviços complementares que se façam necessários ao bom cumprimento do solicitado.

6. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência.

7. **DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

7.1. Os eventos acontecerão no Distrito Federal e os locais serão especificados por ocasião da emissão da OS de cada evento.

7.2. Os serviços deverão ser prestados, sob demanda, de acordo com o período e itens especificados em OS própria de cada evento, a ser emitida pelo servidor designado como fiscal do contrato, a depender da programação dos eventos, desde que a demanda esteja de acordo com o objeto do contrato.

7.3. Todos os serviços solicitados pela Contratante deverão ser encaminhados à Contratada e por intermédio de OS por meio eletrônico respeitado os prazos mínimos previstos neste Termo de Referência.

7.4. A OS será emitida de forma clara e objetiva e nela deverão constar informações afetas aos serviços a serem prestados, como o detalhamento do item e da quantidade, além dos dados referentes ao local, data e horário de realização do evento.

7.5. Todos os serviços solicitados pela Contratante deverão ser disponibilizados e produzidos pela Contratada somente após a emissão de OS.

7.6. Nenhum serviço ou fornecimento deverá ser realizado sem a emissão de OS, que deverá ser subscrita pelo(s) fiscal(ais) do contrato, sob pena de glosa da fatura.

7.7. Não será devido à Contratada pagamento de serviços previstos neste Termo de Referência que efetivamente não forem demandados por OS.

7.8. O(s) evento(s) poderão ser cancelado(s) com a antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data prevista para a sua realização, sem ônus para a Contratante.

7.9. Em caso de cancelamento fora do prazo estipulado, caberá à Contratante ressarcir as despesas assumidas pela Contratada para atender a demanda, desde que devidamente comprovadas por meio de documentos a não possibilidade de negociação das mesmas.

7.10. As Ordens de Serviço deverão ser emitidas previamente nos seguintes prazos:

a) Até 5 (cinco) dias corridos para eventos de pequeno porte- público de até 100 (cem) pessoas.

b) Até 10 (dez) dias corridos para eventos de médio porte - público de até 200 (duzentas) pessoas.

c) Até 15 (quinze) dias corridos para eventos de grande porte - público de até 400 (quatrocentas) pessoas.

7.11. O atendimento de demandas emergenciais, em prazos menores aos estabelecidos acima, deverão ser acordadas entre as partes, considerando a capacidade técnica da Contratada.

7.12. A Contratada deverá disponibilizar o número necessário de funcionários para montar o objeto solicitado no local definido pela ENBPar, bem como repor os alimentos, bebidas e demais materiais, de modo que não falem durante o período estabelecido para o mesmo, e ainda, recolher tudo e realizar a limpeza do local após o término da realização do referido serviço.

8. **MODALIDADE E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

8.1. A presente contratação será formalizada por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade de licitação aplicável aos casos de aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, com fundamento no inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303, de 2016.

8.2. Ressalta-se que o objeto pretendido possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se na classificação de bens ou serviços comuns, inclusive, são ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si.

8.3. O critério de julgamento a ser aplicado deverá ser o **Menor Preço Global**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. A contratação será formalizada mediante assinatura do instrumento contratual, com a Licitante que tiver ofertado o menor preço e desde que atendidos todos os demais requisitos e formalidades estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. O prazo de início da execução dos serviços é de até 3 (três) dias, contados da data de envio da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, justificadamente, por até 5 (cinco) dias.

9.3. Casos de força maior que impeçam o início da execução do contrato no prazo estabelecido acima devem ser tratados com o fiscal do contrato, mediante apresentação formal de justificativa.

9.4. A Contratada deverá observar integralmente as características e especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

9.5. Quando da solicitação dos serviços do item abaixo a Contratada deverá apresentar o seguinte Registro:

Grupo	Descrição	Registro
1	Alimentação	Apresentar Registro ou Inscrição ou Certificado de regularidade da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, em plena validade.

9.6. Recebimento Provisório

9.7. Segundo o Art. 101 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, poderá ser dispensado o recebimento provisório no caso de **gêneros perecíveis e alimentação preparada**.

9.8. Recebimento Definitivo

9.9. Concluído o evento, caberá à Contratada a confecção e envio, por meio eletrônico, do relatório de prestação de contas em até 3 (três) dias úteis contados a partir do dia seguinte do final do evento. A Contratada poderá enviar relatório parcial em até 2 (dois) dias corridos após o término do evento para eventuais ajustes e correções.

9.10. A prestação de contas se dará por e-mail e será composta dos seguintes documentos:

- Relatório sobre o evento;
- Relação de produtos e serviços prestados e
- fotos datadas que comprovem os produtos contratados e a prestação dos serviços com descrição de cada um dos itens.

9.11. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.13. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial.

9.14. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, a Contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções, quando for necessário.

10. PREPOSTO

10.1. A Contratada deverá indicar preposto responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução do contrato.

10.2. A Contratada deverá manter o preposto da empresa no local da execução do objeto, quando for solicitado pela Contratante.

10.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

11. ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Sustentabilidade, Cultura e Endomarketing cuja função será solicitar os serviços, acompanhar e fiscalizar, atestar faturas dos serviços demandados, desde que tenham sido executados a contento e observada a aplicação das condições da Contratada, encaminhando a documentação para o pagamento.

11.2. A ação, omissão ou tolerância, total ou parcial da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

11.3. Os empregados da Contratada não poderão negociar, receber e/ou se reunir com funcionários da Contratante sem a anuência da Gerência de Sustentabilidade, Cultura e Endomarketing.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Além dos parâmetros específicos de sustentabilidade intrinsecamente vinculados ao tipo do objeto contratual, a Contratada deve estar em conformidade com exigências que fomentem a adoção de boas práticas destinadas a otimizar o uso de recursos, reduzir a incidência de desperdícios, mitigar a poluição e considerar atentamente as preocupações de cunho social.

12.2. Esses critérios englobam:

12.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, visando à proteção da saúde e do meio ambiente;

12.2.2. Adoção de embalagens sustentáveis e de baixo impacto ambiental, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis. A Contratada deve buscar minimizar o desperdício de recursos na embalagem de seus produtos, bem como considerar opções que reduzam a geração de resíduos sólidos e contribuam para a preservação do meio ambiente. Além disso, a embalagem deve ser projetada de forma eficiente, levando em consideração seu transporte e armazenamento, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono associadas à logística;

12.2.3. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, garantindo a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental;

12.2.4. Adoção de práticas que promovam a racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, contribuindo para a redução dos impactos ambientais,

12.2.5. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios, poluição e considerações sociais, visando ao desenvolvimento sustentável.

12.2.6. Implementação de programas de reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação, reduzindo o impacto ambiental e fomentando a inclusão social.

12.2.7. Promoção da utilização da água de reuso ou outras fontes, como águas pluviais ou de poços certificados como isentos de contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, sempre que viável, visando a conservação dos recursos hídricos e a preocupação social com o acesso à água limpa.

12.3. Dessa forma, a Contratada não apenas se compromete com a sustentabilidade ambiental, mas também com o bem-estar da sociedade, cumprindo requisitos que abrangem tanto aspectos ecológicos quanto sociais.

13. HABILITAÇÃO

13.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos para a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira:

13.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;

13.1.2. Prova de constituição social, podendo ser:

13.1.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.1.2.3. Em caso de sociedade civil, o respectivo ato constitutivo, registrado no cartório competente, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

13.1.2.4. Decreto autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;

13.1.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.1.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (artigo 642-A da CLT), cujo prazo de validade é de 180 (cento e oitenta) dias, emitida pelo órgão distribuidor competente na sede da pessoa jurídica do participante; e

13.1.6. Declaração da Empresa Optante do Simples, se couber.

13.2. Os documentos de **regularidade fiscal** poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da Proponente.

13.3. **HABILITAÇÃO TÉCNICA**

13.4. Para fins de demonstração da qualificação técnica da Licitante e de forma a constatar seu bom desempenho na execução do presente objeto, fator primordial para conferir à ENBPar maior segurança sobre a qualidade da contratação almejada, a empresa deverá, na fase de habilitação, apresentar:

a) Atestado(s) de comprovação de prestação de serviço, de forma satisfatória, de ao menos 50% da quantidade especificadas no item 4 deste Termo de Referência para todos os produtos e/ou serviços especificados no item 4 deste documento.

I - O(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões), deve(m) conter a identificação do signatário (cargo, nome e telefone para contato), em papel timbrado da pessoa jurídica e deve(m) indicar as características, quantidades e prazos do(a) fornecimento/prestação do serviço efetuado pela Licitante;

II - Os responsáveis pela contratação poderão proceder às diligências ou consultas que se fizerem necessárias.

III - Poderá ser apresentado um único atestado/certidão/declaração que atenda à exigência descrita acima, bem como poderá ser apresentado mais de um atestado que demonstre, por meio da soma das comprovações, que a licitante tenha realizado, na integralidade ou isoladamente, o objeto da presente contratação, para uma mesma ou mais de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual.

14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo, as cláusulas contratuais e sua proposta.

14.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

14.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em relação ao objeto do contrato.

14.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros ou por irregularidades constatadas.

14.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

14.8. Proporcionar acesso e movimentação dos representantes da Contratada às suas instalações, quando for necessário para a execução do objeto.

14.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência.

14.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

14.11. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.12. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta comercial, de forma que os prazos sejam cumpridos e os serviços sejam prestados com esmero e perfeição.

- 15.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
- 15.3. Fornecer o objeto da presente contratação na qualidade e quantidade especificadas nos termos deste Termo de Referência.
- 15.4. Transportar, por sua conta e risco, os produtos deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto. As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, assim como demais despesas como alimentação e transporte de funcionários envolvidos na entrega dos produtos e dos equipamentos correrão por conta da Contratada.
- 15.5. Apresentar um responsável desde a entrega dos produtos e dos materiais a serem utilizados no evento até o encerramento do mesmo, para fazer o recebimento e coordenar os trabalhos.
- 15.6. Disponibilizar coordenador/responsável pelo evento, devidamente uniformizado.
- 15.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 15.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 15.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 15.10. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 15.11. Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 15.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, exceto nas condições previamente autorizadas pela ENBPar.
- 15.13. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do fiscal do contrato da ENBPar com a Contratada.
- 15.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Termo, exceto quando ocorre algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 81 da Lei nº 1.303/2016.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. A inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, assim como a ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto contratado, ensejará rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e das sanções previstas nos art. 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.
- 16.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à ENBPar serão deduzidos dos valores a serem pagos à Contratada, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 16.3. As sanções serão aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa.
- 16.4. A ENBPar poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 16.5. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 16.5.1. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.
- 16.6. Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da ENBPar garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- 16.7. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:
- a) 5% (cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso no início da execução dos serviços. Após o décimo quinto dia e a critério da ENBPar, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; e

c) 15% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.7.1. Os percentuais devem ser definidos a critério da Unidade Solicitante, levando em conta o impacto da não prestação dos serviços contratados.

16.8. Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela à ENBPar, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.9. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “c”, do subitem 15.4 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados.

16.10. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela ENBPar, a empresa contratada ficará isenta das penalidades mencionadas nesse item.

16.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

16.12. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a Contratada será descredenciada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

17. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

17.1. O acompanhamento e a fiscalização deste instrumento caberão à Gerência de Sustentabilidade, Cultura e Endomarketing por intermédio de representante devidamente designado.

17.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não excluirá e nem reduzirá a responsabilidade da Contratada por danos causados à ENBPar ou a terceiros, decorrentes de ato ilícito na execução contratual, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da ENBPar.

17.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no documento, de modo a assegurar os melhores resultados para a ENBPar;

17.4. Concluído o evento, caberá à Contratada a confecção e envio, por meio eletrônico, do relatório de prestação de contas em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao final do evento. A Contratada poderá enviar relatório parcial em até 2 (dois) dias corridos após o término do evento, para eventuais ajustes e correções.

17.5. A prestação de contas se dará por e-mail e será composta dos seguintes documentos:

17.6. a. Relatório sobre o evento;

17.7. b. Relação de produtos e serviços prestados e

17.8. c. Fotos datadas que comprovem os produtos contratados e a prestação dos serviços com descrição de cada um dos itens.

17.9. O fiscal do contrato terá 5 (cinco) dias úteis para avaliação da prestação de contas e assinatura de conformidade.

17.10. Em caso de discrepâncias, o fiscal irá retornar a prestação de contas com pedido de informações e complementação da comprovação para a Contratada.

17.11. A Contratada terá 3 (três) dias úteis para encaminhamento das respostas à solicitação de comprovação da Contratante.

17.12. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ENBPar.

17.13. O representante da ENBPar anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. A Contratada deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, que deverá abarcar o prazo de 30 (trinta) dias além do término de vigência deste Contrato, conforme as seguintes modalidades:

- 18.1.1. Caução, em dinheiro;
- 18.1.2. Seguro-garantia; ou
- 18.1.3. Fiança bancária.

18.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- 18.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- 18.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 18.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- 18.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.4. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

18.5. A garantia será considerada extinta:

- 18.5.1. com devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- 18.5.2. após o término da vigência do Contrato.

18.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.7. No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da ENBPar, contados da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar o comprovante de prestação da garantia.

18.8. No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação originária.

18.9. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela ENBPar.

18.10. O montante caucionado em dinheiro será restituído após o término de vigência deste Contrato e será atualizado monetariamente (art. 70, §4º da Lei nº 13.303, de 2016).

18.11. A Contratada receberá uma cópia deste Contrato, assinado e digitalizado, a fim de permitir a obtenção da garantia.

19. **DA VIGÊNCIA**

19.1. A contratação terá o prazo de vigência de 26 (vinte e seis) meses e o de execução de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogados, mediante ajuste comum entre as partes e lavratura do correspondente termo aditivo, observando-se o limite disposto no art. 71 da Lei nº 13.303, de 2016

19.2. O(s) contrato(s) poderá(ão) ser prorrogado(s), obedecidos os prazos e condições estabelecidos nos artigos 71 e 81 da Lei nº 13.303/2016.

19.3. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto do presente Termo de Referência, até o limite de 25%.

20. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

20.1. **Emissão de Nota Fiscal**

20.1.1. O pagamento dos objetos deste Termo de Referência será efetuado em moeda corrente nacional após apresentação da Nota Fiscal da Fatura na forma e prazo estabelecidos.

20.1.2. Para execução do pagamento, a Contratada deverá entregar a Nota Fiscal/Fatura correspondente, em nome da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, CNPJ nº 43.913.162/0001-23, o nome e número do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

20.2. **Prazos de emissão de Nota Fiscal e Pagamento**

20.2.1. A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da Contratada, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante a apresentação pela Contratada, no ato do pagamento do valor devido a cada fornecimento, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Prova de inexistência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN);
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber; e
- f) Certidão de Regularidade do ISS, se couber.

20.2.2. O pagamento devido à Contratada deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança por representante da ENBPar, caso não haja outra definição no contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á primeiro dia útil subsequente.

20.2.3. A forma de pagamento será feita, conforme abaixo:

- a) O pagamento será efetuado, em parcela única, de acordo com os itens demandados e efetivamente fornecidos.

20.2.4. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do contrato.

20.2.5. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela ENBPar e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

20.3. Demais disposições acerca do pagamento estão previstas na minuta do contrato.

21. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da Contratada, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a Contratada nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

- a) a Contratada deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e
- c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

21.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da Contratada.

21.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

21.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

21.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da Contratada, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à Contratada apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

22. DO REAJUSTE

22.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.3. A Contratada deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela Contratada dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a Contratada não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

d) caso a Contratada não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

22.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

23. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que: (i) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (ii) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; ou (iii) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. **DA MANUTENÇÃO DE SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

24.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente de sigilo conferida pela ENBPar a tais documentos.

24.2. A Contratada deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venha tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

24.3. A Contratada deverá ter conhecimento e observar o [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), disponível no site da Empresa.

25. **ANEXOS**

25.1. ANEXO "A" - Modelo de Proposta

25.2. ANEXO "B" - Certificado de Aceitação Provisória (CAP)

25.3. ANEXO "C" - Certificado de Aceitação Definitiva (CAD)

25.4. ANEXO "D" – Modelo de Ordem de Serviço (OS)

25.5. ANEXO "E" - Especificação dos Itens

ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE PROPOSTA**À ENBPar**

Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200

Referência: Termo de Referência nº 65/2025/GCIC/SRH/DG

A proposta que faz a empresa _____, inscrita(o) no CNPJ n.º _____, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet, coffee-break e coquetel* volante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos, é abaixo descrita:

Grupo	Item	Tipo de serviço ou produto	Descrição/Especificação do item	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário(R\$)	Valor Total(R\$)
1	1	Água – garrafa 500 ml	Fornecimento de água mineral com e sem gás em garrafa individual de 500ml, gelada.	Garrafa	250		
	2	Água - galão 20L	Água mineral natural, sem gás, em garrafão de 20L.	Galão	50		
	3	Bebedouro Vertical	Locação de bebedouro vertical com duas torneiras de pressão (saída de água natural e gelada), sistema para resfriamento da bebida. Capacidade para suportar garrafão de água de 20 (vinte) litros, tensão 110/220 V e suporte para copo descartável.	Unidade/Diária 24h	20		
	4	Almoço/jantar – servido à americana	Fornecimento de buffet completo no modelo "à americana"	Por pessoa	500		
	5	Coffee-break	Fornecimento de coffee-break	Por pessoa	1.000		
	6	Coquetel volante	Fornecimento de coquetel volante	Por pessoa	500		
	Valor Total (R\$):						

Observações para preenchimento da proposta comercial, vejamos:

Obs. 1) Ressalta-se que a seleção da proposta mais vantajosa dar-se-á pelo critério de julgamento do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Obs. 2) A numeração e a descrição dos itens cotados deverão guardar correspondência com aquelas constantes no Termo de Referência.

Obs. 3) Devem ser preenchidas, integralmente, as especificações do item que compõem o objeto, sob pena de desclassificação da proposta.

Obs. 4) A empresa proponente deverá informar somente os itens/grupos a que estiver habilitada para fornecimento do objeto.

DECLARAMOS que:

- a) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para recebimento da proposta comercial;
- b) Recebemos todos os elementos e informações para o cumprimento das obrigações objeto do procedimento de contratação em referência e aceitamos expressamente as condições dispostas no Termo de Referência;
- c) Sob as penas da Lei, nesta data, não existem fatos impeditivos à participação desta empresa no presente procedimento de contratação, estando ciente integralmente dos requisitos de habilitação da Requisição de Proposta Comercial ENBPar, conforme o Termo de Referência;
- d) Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que esta empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- e) Os sócios da empresa (proponente) não são direta ou indiretamente, funcionário ou dirigente da ENBPar ou responsável pela contratação, conforme art. 62, parágrafo único, do RILC da ENBPar;
- f) Esta empresa (proponente) declara que não emprega trabalho forçado ou análogo ao escravo, degradante ou indigno;
- g) No valor constante desta proposta estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto, tais como: deslocamentos, hospedagem, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais, equipamentos e mão de obra a ser empregada, alimentação, locações, e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outras naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, fora das hipóteses legais, regulamentares e contratualmente permitidas, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução do objeto, bem como de eventual reversão de decisão judicial pela qual esta empresa tenha se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista;
- h) Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade intelectual, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade desta empresa Proponente que responderá por eles contra reclamações relacionadas ao assunto;
- i) A presente proposta foi elaborada de maneira independente por esta empresa, e que a intenção e o conteúdo desta proposta não foram, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informados, discutidos com ou recebidos de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- j) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desse procedimento de contratação quanto a participar ou não do referido procedimento de contratação;
- k) Garantimos o fornecimento do objeto, bem como os preços ofertados durante toda a execução do futuro contrato;
- l) Estamos comprometidos com a promoção da igualdade de gênero e raça; e
- m) Temos conhecimento e observaremos o [Código de Integridade](#) da ENBPar, disponível na página da ENBPar .
- a) Razão Social: _____ ;
- b) CNPJ (MF) nº: _____ ;
- c) Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o Contrato: _____ , conforme instrumento constitutivo da empresa;
- d) Inscrição Estadual nº: _____ ;
- e) Endereço completo: _____ ;
- f) CEP: _____ ;
- g) Fone: _____ E-mail: _____ - ;
- h) Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____ - ;
- i) Nome(s) e contato(s) do(s) Responsável(is) pela emissão dos documentos de cobrança: _____ ; E-mail: _____ Fone/Ramal: _____ .

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS DA REQUISIÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL DA ENBPar, BEM COMO DE TODO O CONTIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 65/2025/GCIC/SRH/DG.

(assinatura)

Nome do Representante Legal
Cargo

ANEXO “B” DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

CAP CERTIFICAÇÃO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA	NÚMERO ____/20XX
Contrato:	
Contratada:	
Objeto:	
Local de entrega:	
Descrição do aceite:	
Anexos a este certificado:	
Observações:	
Local:	Brasília-DF. Data:
<div>Assinatura do Responsável - ENBPar</div>	

ANEXO "C" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA

CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA - CAD	NÚMERO ____/202XX
Contrato:	
Contratada:	
Objeto:	
Local de entrega:	
<p>O serviço prestado/ objeto entregue pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXX ocorreu dentro das normas e condições estabelecidas, respeitando os padrões de qualidade exigidos, fato pelo qual declaramos encerradas as atividades pactuadas no referido Instrumento, não existindo nenhuma obrigação contratual pendente. Assim, declaramos a quitação total e o recebimento definitivo do objeto contratual, ressalvado fato superveniente conhecido após a emissão deste CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA – CAD.</p>	
DOCUMENTOS VINCULADOS A ESTE CAD:	
ANEXOS A ESTE CERTIFICADO:	
OBSERVAÇÕES:	
Local:	Brasília-DF. Data:
<div style="text-align: center;">_____ Assinatura do Responsável - ENBPar</div>	

ANEXO "D" DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**1. IDENTIFICAÇÃO**

Nº DA AF: _____

DATA DE EMISSÃO: _____

EMERGENCIAL: _____

ÁREA REQUISITANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº: _____

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E QUANTIDADES

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO

3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. [TEXTO]

3.2. [TEXTO]

3.3. [TEXTO]

4. CRONOGRAMA

ITEM	TAREFA	INÍCIO	FIM

5. DOCUMENTOS ENTREGUES

5.1. [TEXTO]

5.2. [TEXTO]

6. DATAS E PRAZOS

6.1. DATA PREVISTA PARA ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS: _____

6.2. PRAZO TOTAL DO CONTRATO (COM A GARANTIA): _____

ANEXO "E" DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

Item	Especificação
Água Mineral – garrafa 500 ml	Fornecimento de água mineral com e sem gás em garrafa individual de 500ml, gelada. Acompanha o item a disponibilização de copos de vidro ou taças de vidro, champanheira, gelo, bandejas para atendimento a mesas diretoras e salas de apoio pelo período do

Item	Especificação
	evento. No preço unitário das garrafas devem estar agregados os custos descritos no item.
Água Mineral - galão 20L	Água mineral natural, sem gás, em garrafão de 20L.
Bebedouro Vertical	Locação de bebedouro vertical com duas torneiras de pressão (saída de água natural e gelada), sistema para resfriamento da bebida. Capacidade para suportar garrafão de água de 20 (vinte) litros, tensão 110/220 V e suporte para copo descartável.
Almoço/Jantar – servido à americana	<p>Buffet completo com no mínimo 2 (dois) tipos de saladas completas; 2 (dois) tipos de molho para salada + azeite, vinagre, sal e pimenta em galleteiros; Carnes: 1 (um) tipo de carne vermelha e 1 (um) tipo de carne branca; 1 (uma) opção de prato vegetariano.</p> <p>Guarnições: 4 (quatro) tipos, sendo um deles composto por carboidrato integral. Sobremesa: 3 (três) tipos; 2 (dois) tipos de suco de fruta natural sem açúcar; refrigerante: zero e normal servido em jarras; água mineral com e sem gás; mesa de café e chá acompanhada de petit four com disponibilidade de açúcar e adoçante em sachês individuais. O serviço deverá ser acompanhado de todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento do mesmo, como garçons, maitres, rechauds, copeiras, sousplat, guardanapo de tecido e descartável, louças, copos, prataria, talheres e outros. Duração mínima de 1h e máxima de 5h. A carne vermelha deverá ser filé e carne branca deverá ser uma opção de peito de frango, peixe ou corte suíno. Os talheres deverão ser embalados individualmente. Os itens do cardápio poderão ser alterados com aprovação da Contratante.</p>
Coffee-Break	<p>Café de 1ª qualidade, leite, chocolate, capuccino, chás diversos, 2 (dois) tipos de sucos de frutas, 2 (dois) tipos de refrigerante (com opção normal e zero), pão de queijo, 2 (dois) tipos de bolo, 2 (dois) tipos de biscoito, 3 (três) tipos de frutas, 2 (dois) tipos de pães, 2 (duas) opções de finger sanduíche, 1 (um) tipo de tapioca, 2 (dois) tipos de salgados frios e 2 (duas) opções de salgados quente. 2 (duas) opções de bolos e doces. O serviço deverá ser servido com todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento do mesmo. Ex: rechauds, sousplats, guardanapos de tecido e descartável, louças, prataria, talheres e outros. Duração mínima de 4 horas. Poderá haver substituição de itens no cardápio após autorização prévia da Contratante.</p>
Coquetel volante	<p>2 (duas) opções de suco natural de (fruta, água mineral (com e sem gás), 2 (dois) tipos de refrigerantes (opção normal e zero), 2 (dois) tipos de coquetel sem álcool, café de 1ª qualidade, 2 (dois) tipos de empratados; 5 (cinco) tipos de itens servidos em ilhas, salgados (mínimo de 5 opções) e doces (3 opções); canapés, pães e patês. O serviço deverá ser servido com todos os materiais necessários para o perfeito funcionamento do mesmo. Ex, talheres e outros. Duração mínima de 4 horas. Poderá haver substituição de itens no cardápio após autorização prévia da Contratante.</p>

ANEXO "B" - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO
CELEBRADO ENTRE
A **EMPRESA
BRASILEIRA DE
PARTICIPAÇÕES EM
ENERGIA NUCLEAR
E BINACIONAL S.A**
– **ENBPar** E A
EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX,
PARA
CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA
ESPECIALIZADA
PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS, SOB
DEMANDA, DE
BUFFET, COFFEE-
BREAK E
COQUETEL
VOLANTE, A FIM
DE ATENDER AS
NECESSIDADES DA
ENBPar, CONFORME
CONDIÇÕES,
QUANTIDADES E
EXIGÊNCIAS
ESTABELECIDAS NO
TERMO DE
REFERÊNCIA -
ANEXO A DO
EDITAL.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar**, CNPJ n.º 43.913.162/0001-23, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, doravante denominada – **ENBPar**, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seu Diretor-Presidente XXXXXXXXXXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de xxxxx de 202X, e por seu Diretor XXXXXXXXXXXX, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de XXXXX de 202X, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXX, na XXXXXXXXXXXX, CEP:XX.XXX-XXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal por seu ato constitutivo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do Processo de Licitação nº XXXXX/2025 na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015; da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, e do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar](#), estando as Partes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes e às Cláusulas a seguir dispostas:

1. CLÁUSULA 1ª – DA COMPETÊNCIA

1.1. De acordo com o artigo 71, inciso VII, e artigo 72, inciso IV, ambos do Estatuto Social da ENBPar, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Contrato, juntamente com a Diretoria da Unidade Solicitante (DUS).

1.2. De acordo com o Ato Constitutivo da CONTRATADA, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, tem competência para assinar este Contrato.

2. **CLÁUSULA 2ª – DOS ANEXOS**

2.1. São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento:

- I - Termo de Referência consignado no Anexo A do Pregão Eletrônico nº 90002/2026;
- II - Proposta Comercial da CONTRATADA; e
- III - Demais documentos e anexos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026.

2.2. Integrará este Contrato como Apêndice, o documento elencado abaixo:

- I - Matriz de Risco;

2.3. Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os Anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

3. **CLÁUSULA 3ª - DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de *buffet*, *coffee-break* e coquetel volante, para atendimento às necessidades da ENBPar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A do Edital.

3.2. A descrição detalhada e especificações do objeto estão definidas nos itens 4 e 5 do Termo de Referência, Anexo A do Edital.

4. **CLÁUSULA 4ª – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

4.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (artigo 69, inciso IX da Lei nº 13.303, de 2016).

4.2. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** quanto a sua habilitação, a ENBPar providenciará notificação por escrito, determinando prazo para que a **CONTRATADA** regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de sanção e/ou rescisão deste Contrato.

5. **CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da **CONTRATANTE**, entre outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência:

5.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos e condições estabelecidos em Contrato.

5.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratado, dando-lhe, inclusive, prazo para correção, sem ônus adicional à ENBPar.

5.4. Sustar a execução de quaisquer entregas/serviços/trabalhos que estiverem em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou no Contrato, ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

5.5. Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às instalações da ENBPar, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusividade para execução dos serviços contratados.

5.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em relação à execução do objeto contratado.

5.7. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. **CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da **CONTRATADA**:

6.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas no contrato, de forma que os prazos sejam cumpridos e o objeto seja executado.

6.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da ENBPar inerentes à execução do objeto contratual.

6.3. Fornecer o objeto da presente contratação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos do Termo de Referência, de sua proposta e deste Contrato.

6.4. Responder, integralmente, por quaisquer danos diretamente causados à ENBPar ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da execução contratual.

- 6.5. Propiciar todos os meios necessários à execução do Contrato, permitindo a atuação do Fiscal do Contrato da ENBPar que terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, do objeto contratado, desde que motivadas as causas e justificativas de tal medida.
- 6.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.8. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do Fiscal de Contrato da ENBPar com a CONTRATADA.
- 6.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 6.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto.
- 6.12. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 6.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou neste Contrato.
- 6.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 6.15. Desenvolver os serviços em regime de integração e colaboração com a CONTRATANTE, observando e aderindo ao Estatuto, às normas internas, às políticas, aos programas, às definições e às decisões da CONTRATANTE.
- 6.16. Reparar, refazer, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, sem ônus para a CONTRATANTE, quaisquer elementos e serviços objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, falhas, omissões, defeitos, inconformidades ou incorreções de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, que estejam em desconformidade com o disposto na Proposta Comercial da CONTRATADA, no Termo de Referência e neste Contrato.
- 6.17. Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações processadas e a que vier ter contato antes, durante e após a vigência deste Contrato.
- 6.18. Observar e cumprir as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes relativas ao objeto contratado, bem como o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato.

7. CLÁUSULA 7ª – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 7.1. As tratativas a respeito da entrega objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, formalmente designado após a assinatura do contrato.
- 7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com este Termo de Referência, com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 13.303, de 2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, sendo possível a responsabilização pela inexecução total ou parcial do objeto.
- 7.3. O empregado da ENBPar designado como Fiscal do Contrato deverá observar as disposições dos artigos 2º, inciso XXIV, 104 e 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.
- 7.4. Caberá ao(s) representante(s) da ENBPar, dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos à(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) apresentada(s) pela CONTRATADA.
- 7.5. O(s) representante(s) da ENBPar anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.
- 7.6. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou atribuição do(s) representante(s) da ENBPar serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.
- 7.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pela ENBPar não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.
- 7.8. As comunicações entre o Fiscal do Contrato da ENBPar e a CONTRATADA devem ser realizadas por mecanismos formais de comunicações, podendo se utilizar:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;

- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamado; e
- e) E-mails.

7.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a ENBPar poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.11. O fiscal do contrato informará ao seu chefe imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas acordadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o pagamento, a garantia, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quanto ultrapassar a sua competência.

7.15. O fiscal coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de despesa de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa.

7.17. O fiscal do contrato acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório das avaliações realizadas quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzidos pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se for o caso.

7.20. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.21. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22. O fiscal deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento nos termos do contrato.

8. CLÁUSULA 8ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

8.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 12.804, de 29 de dezembro de 2025, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.900.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS para o exercício de 2025.

9. CLÁUSULA 9ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução deste Contrato é de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

10. CLÁUSULA 10ª - DO VALOR/PREÇO

10.1. Pelos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de até R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Grupo	Item	Tipo de serviço ou produto	Descrição/Especificação do item	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Água – garrafa 500 ml	Fornecimento de água mineral com e sem gás em garrafa individual de 500ml, gelada.	Garrafa	250		
	2	Água - galão 20L	Água mineral natural, sem gás, em garrafão de 20L.	Galão	50		
	3	Bebedouro Vertical	Locação de bebedouro vertical com duas torneiras de pressão (saída de água natural e gelada), sistema para resfriamento da bebida. Capacidade para suportar garrafão de água de 20 (vinte) litros, tensão 110/220 V e suporte para copo descartável.	Unidade/Diária 24h	20		
	4	Almoço/jantar – servido à americana	Fornecimento de buffet completo no modelo "à americana"	Por pessoa	500		
	5	Coffee-break	Fornecimento de coffee-break	Por pessoa	1.000		
	6	Coquetel volante	Fornecimento de coquetel volante	Por pessoa	500		
	Valor Global (R\$):						

10.2. O valor acima inclui:

I - Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;

II - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a **CONTRATADA** para execução integral e perfeita do objeto contratado; e

III - Todas as despesas com o pessoal da **CONTRATADA**, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

11. CLÁUSULA 11ª - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento do objeto deste Contrato será efetuado em moeda corrente nacional após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura na forma e prazo estabelecidos, conforme demanda.

11.2. O pagamento devido à **CONTRATADA** deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança por representante da ENBPar, caso não haja outra definição no Contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á o primeiro útil subsequente.

11.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues preferencialmente por meio eletrônico, ao fiscal do contrato, ou no endereço sede, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 7º andar, Setor Comercial Sul, Quadra 09 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70308-200, juntamente com a Nota Fiscal, em que constará o nome e número do banco, agência bancária e a conta corrente na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento. A ENBPar não se responsabilizará por juros ou encargos financeiros, resultante da operação de cobrança.

11.4. O pagamento da Nota Fiscal referente ao objeto contratado será efetuado pela **CONTRATANTE**, por meio de depósito bancário.

11.5. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** parcela única, de acordo com os itens demandados e efetivamente fornecidos.

11.5.1. O valor devido será conferido após a entrega do objeto, mediante a emissão de Nota Fiscal pela **CONTRATADA** e atestado do Fiscal do Contrato da **CONTRATANTE**.

11.5.2. A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- número do Contrato;
- nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- Chave PIX - opcional;
- descrição do serviço; e
- dados da ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

- CNPJ: 43.913.162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

11.6. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela **CONTRATADA** da seguinte documentação:

- a) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Consulta junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme previsto na Lei nº 10.522, de 2022, alterada pela Lei nº 14.973, de 2024, e eventuais alterações posteriores; e
- e) Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber.

11.7. A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal própria em nome da **CONTRATANTE** no valor e no prazo ajustados contratualmente.

11.8. A nota fiscal não aprovada pela **CONTRATANTE** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando novo prazo de pagamento, a partir da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal não aprovada pela ENBPar, em hipótese alguma autorizará ou ensejará a suspensão da execução do objeto contratual.

11.9. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE** e, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

11.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11. A **CONTRATADA** regulamente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. **CLÁUSULA 12ª – DO REAJUSTE**

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. A Contratada deverá solicitar o reajuste e/ou revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- a) caso o fato gerador do reajuste e/ou revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou revisão de preços;
- b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a Contratada terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela Contratada dos comprovantes da variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da ENBPar, enquanto a Contratada não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- d) caso a Contratada não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, caso ocorra, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

13. **CLÁUSULA 13ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

13.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação fundamentada da Contratada, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no contrato, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a Contratada nos termos da Matriz de Riscos, observado o seguinte:

- a) a Contratada deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos; e
- c) com o requerimento, deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

13.2. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da Contratada.

13.3. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

13.4. Considerar os eventuais reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

13.5. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta da Contratada, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à Contratada apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

14. **CLÁUSULA 14ª - DA MATRIZ DE RISCO**

14.1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos – Apêndice A deste Contrato.

14.2. A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

14.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

15. **CLÁUSULA 15ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**

15.1. Os prazos de execução e vigência do contrato para o objeto previsto neste Contrato, serão de 24 (vinte e quatro) e 26 (vinte e seis) meses, respectivamente, contados da data de assinatura do contrato, sendo permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste entre as Partes e a celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

16. **CLÁUSULA 16ª – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato.

17. **CLÁUSULA 17ª - DA ALTERAÇÃO**

17.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, observadas as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016 e do art. 95 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar.

17.2. É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência, Anexo A do Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026.

17.3. As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81, §7º da Lei nº 13.303, de 2016, que podem ser registradas por apostilamento.

Da Alteração Subjetiva

17.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- I - todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- II - sejam mantidas as cláusulas e condições deste Contrato;
- III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- IV - haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

18. **CLÁUSULA 18ª – DA RESCISÃO**

18.1. Este Contrato poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente e por escrito pela **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos subitens I a XII e XIV do Item 18.3 deste Contrato;
- b) Por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; ou
- c) No âmbito judicial.

18.2. A rescisão unilateral ou por acordo entre as Partes deverão ser precedidas de autorização escrita e justificada do Diretor-Presidente da ENBPar.

18.3. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, sem prejuízo das consequências cabíveis.

18.4. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I - Descumprimento material e não remediado dos prazos estabelecidos neste Contrato;
- II - Lentidão do cumprimento deste Contrato, gerando à **CONTRATANTE** a impossibilidade da conclusão do objeto deste Contrato nos prazos e condições estipulados;
- III - Atraso injustificado da execução do objeto deste Contrato;
- IV - Paralisação da execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- V - Subcontratação do objeto contratual, bem como a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando vedadas no Edital de Licitação ou neste Contrato;
- VI - Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas em registro próprio pelo Fiscal do Contrato, sem a devida regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- VIII - Dissolução da **CONTRATADA**;
- IX - Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- X - Razões de interesse da **CONTRATANTE**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- XI - Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos deste Contrato, ou nas parcelas do objeto contratual já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XII - Não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área ou local para execução do objeto contratual, nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- XIII - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução deste Contrato, e, ainda, ocorrência do perecimento do objeto contratual; ou
- XIV - Não constituição de garantias no prazo e nas condições previstos neste Contrato.

18.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens X a XIII do Item 18.3, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e/ou
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução contratual, será prorrogado, automaticamente por igual tempo.

18.7. A rescisão de que tratam os subitens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV do Item 18.3 acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato:

- a) assunção imediata do Objeto Contratual, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da **CONTRATANTE**, se for o caso;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, se for o caso;
- c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da **CONTRATANTE**; e
- d) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

19. CLÁUSULA 19ª – DAS SANÇÕES

19.1. Com fulcro nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016 e nos arts. 106 a 109 do Regulamento Interno de Licitações - RILC da ENBPar, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista neste Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A Multa a que alude este artigo, a qual poderá ser descontada da garantia contratual apresentada pelo contratado, não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o Contrato e/ou aplique as outras sanções previstas no Regulamento e no Contrato.

19.3. Se a Multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

19.4. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto com o subitem “b”, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA** ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.5. A sanção prevista na alínea “c” poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, incisos I, II e III, da Lei nº 13.303, de 2016.

19.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar, a **CONTRATADA** que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal; e
- f) Não manter a proposta.

19.7. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.6. ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.7.1. A advertência e a suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respetivo processo, ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

19.7.2. As multas poderão ser de natureza moratória ou compensatória e poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que seja aberto processo administrativo para este fim.

19.7.3. Na aplicação das multas deverá ser observado o princípio da proporcionalidade estritamente necessário ao atendimento do interesse da **CONTRATANTE** garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19.7.4. Na aplicação das multas serão observados os seguintes percentuais:

- a) 5% (cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso no início da execução dos serviços. Após o décimo quinto dia e a critério da **CONTRATANTE**, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; e
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.8. Os percentuais devem ser definidos a critério da Unidade Solicitante, levando em conta o impacto da não prestação dos serviços contratados.

19.9. Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE**, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.10. Em consonância ao disposto no art. 84, da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas na alínea “C”, do subitem 19.1 poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

19.11. Se a falha detectada ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, a empresa **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas nessa Cláusula.

19.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

19.13. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar, a **CONTRATADA** será descredenciada pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

20. **CLÁUSULA 20ª - DOS ILÍCITOS PENAIS**

20.1. As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei nº 13.303, de 2016, c/c artigo 185 da Lei nº 14.133, de 2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

21. **CLÁUSULA 21ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

21.1. Será considerado caso fortuito ou de força maior, para efeitos de rescisão contratual unilateral ou de aplicação de multa, o inadimplemento decorrente das situações a seguir, descritas, quando vierem a afetar a execução do objeto deste Contrato:

- a) Greve geral;
- b) Interrupção dos meios normais de transportes;
- c) Calamidade pública;
- d) Acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- e) Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do objeto contratual ou de suas especificações, desde que autorizada pela **CONTRATANTE**; e,
- g) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

21.2. Quaisquer dos motivos acima enumerados deverão ser devidamente justificados pela **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

22. **CLÁUSULA 22ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO**

22.1. Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como controlador ou operador, as Partes obrigam-se a atuar, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidas posteriormente à assinatura deste Contrato.

22.2. As Partes executarão os trabalhos, em que haja tratamento de dados pessoais, a partir das premissas e princípios da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.3. As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará o consentimento do titular dos dados pessoais, de forma livre, informada, inequívoca e relacionada à finalidade determinada.

22.4. As Partes se comprometem, mutuamente, ao cumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis a essas premissas legais, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizarem os serviços seguindo as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

22.5. As Partes ficam obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento de dados pessoais que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e base legal, conforme art. 37 da Lei nº 13.709, de 2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD.

22.6. Por este Contrato, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento do objeto deste Contrato.

22.7. As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo.

22.8. As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou suspeita da mesma.

22.9. As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento.

22.10. Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações.

23. **CLÁUSULA 23ª - DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES**

23.1. As comunicações entre as Partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar
CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701,702,704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200. Endereço de e-mail: xxxxx@enbpar.gov.br

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rua XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XX

Contato: XXXXXXXXXXXX – Telefone : XXXXXXXX E-mail: XXXXXX@XXXXXX

Conta Corrente: XXXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

24. **CLÁUSULA 24ª – GARANTIA CONTRATUAL**

24.1. A **CONTRATADA** prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, com validade até 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

24.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **CONTRATANTE**, contados da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia.

24.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

24.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

24.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

24.6. A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

24.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

24.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II - Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- IV - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

24.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

24.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

24.11. Será considerada extinta a garantia:

24.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

25. **CLÁUSULA 25ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A fim de atender ao disposto neste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irrevogável e irretratável, que executará o objeto contratual sem caracterização de vínculo empregatício/trabalhista, sem subordinação ou pessoalidade com a **CONTRATANTE**, sendo o objeto deste Contrato executado pela **CONTRATADA** com total autonomia.

25.2. Em qualquer demanda judicial, oriunda direta ou indiretamente deste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irrevogável e irretratável, que assumirá o polo passivo da ação judicial, eximindo, desde já, a **CONTRATANTE** de quaisquer responsabilidades pelo litígio, bem como que solicitará, automaticamente, a exclusão da **CONTRATANTE** da lide, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a discussão judicial.

25.3. Eventuais alterações deste Contrato, que venham a ser discutidas e aprovadas de comum acordo entre as Partes, deverão, necessariamente, ser formalizadas por meio de termo aditivo.

25.4. Dada a natureza jurídica da **CONTRATANTE**, elegem as Partes o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato de forma digital, produzindo seus efeitos a partir da última assinatura aposta por representante legal.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

APÊNDICE "A" DO CONTRATO- MATRIZ DE RISCOS

As matrizes de riscos mostradas a seguir baseiam-se na Norma ISO/IEC 31000 - Gerenciamento de Riscos, publicada pela *Internacional Organization for Standardization* - ISO e têm como objetivo caracterizar a escolha da alternativa mais adequada para a contratação, por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, nos termos do art. 76, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar, do objeto da presente Nota Técnica.

A alternativa avaliada pelas matrizes de riscos apresentadas leva em consideração a não contratação do objeto e o risco na execução do contrato.

Assim, alguns itens de riscos foram considerados nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Itens de Risco em relação à não contratação

Enfraquecimento da marca da Empresa.
Custos com ações trabalhistas e/ou previdenciárias.
Falta de publicidade e prestação de contas à sociedade, governo e agentes do setor.

Tabela 2 - Itens de Risco em relação a eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro ou não (Tipo de risco: execução contratual)

Não entrega do produto
Contratação do fornecedor com baixa qualificação técnica
Atraso na entrega
Falta de clareza pelo requisitante quanto aos produtos a serem entregues
Falta de dotação orçamentária para a execução do contrato

Tabela 3 -Eventos Supervenientes

Riscos identificados
Indisponibilidade financeira na execução do Contrato
Desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela CONTRATADA
Falta de recursos da CONTRATADA para a execução contínua dos serviços
Anulação do Contrato por motivos não imputáveis à CONTRATADA
Anulação do Contrato por motivos imputáveis à CONTRATADA
Identificação de sobrepreço na execução contratual
Custos adicionais causados pela ENBPar
Rescisão contratual consensual
Superfaturamento (pagamento irregular)

Tabela 4 - Escala de Probabilidade e Peso

Probabilidade	Descrição da Probabilidade	Peso
Muito baixa	Improvável. Em situações excepcionais. Nada indica essa probabilidade.	1
Baixa	Rara. Só ocorre de forma inesperada e casual.	2
Média	Possível. De alguma forma inesperada e casual.	5
Alta	Possível. De alguma forma o evento poderá ocorrer. Indicação moderada.	8
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca. Indicação clara de ocorrência.	10

a) A matriz Probabilidade x Impacto é então representada da seguinte forma, conforme mostra a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - P x I: Nível de Risco Inerente

Impacto	10 - Muito alto	10 - RM	20 - RM	50 - RA	80 - RE	100 - RE
	8 - Alto	8 - RB	16 - RM	40 - RA	64 - RA	80 - RE
	5 - Médio	5 - RB	10 - RM	25 - RM	40 - RA	50 - RA
	2 - Baixo	2 - RB	4 - RB	10 - RM	16 - RM	20 - RM
	1 - Muito Baixo	1 - RB	2 - RB	5 - RB	8 - RB	10 - RM
	Onde: RB - Risco Baixo RM - Risco Médio RA - Risco Alto RE - Risco Extremo	1- Muito Baixa	2 - Baixa	5 - Média	8 - Alta	10 - Muito Alta
		Probabilidade				

b) Com isso, a análise dos riscos associados à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, **sob demanda**, de buffet, coffee-break e coquetel volante, verifica-se o seguinte cenário para os principais riscos nesse cenário:

Tabela 6 - Matriz de Riscos para a execução do Contrato

Riscos identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Não entrega do produto	2	8	16
Contratação do fornecedor com baixa qualificação técnica	2	10	20
Atraso na entrega	2	8	16
Falta de clareza pelo requisitante quanto aos produtos a serem entregues	2	8	16
Falta de dotação orçamentária para a execução do contrato	1	10	10

Tabela 7 - Matriz de Riscos para NÃO contratação

Riscos identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Falta de publicidade e prestação de contas à sociedade, governo e agentes do setor	2	10	20
Não correlação entre as atividades exercidas pela ENBPar pela sociedade	5	10	50
Enfraquecimento da marca da Empresa	1	10	10

Tabela 8 - Eventos Supervenientes

Riscos identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Indisponibilidade financeira na execução do Contrato	2	8	16
Desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela CONTRATADA	5	5	25
Falta de recursos da CONTRATADA para a execução contínua dos serviços	5	8	40
Anulação do Contrato por motivos não imputáveis à CONTRATADA	2	10	20
Anulação do Contrato por motivos imputáveis à CONTRATADA	5	10	50
Identificação de sobrepreço na execução contratual	2	10	20
Custos adicionais causados pela ENBPar	8	5	40
Rescisão contratual consensual	5	8	40
Superfaturamento (pagamento irregular)	2	10	20

Tabela 9 - Riscos técnicos

Riscos identificados	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco Inerente
Entrega do objeto em quantidade inferior à contratada	5	8	40
Entrega do objeto em más condições de conservação	5	10	50
Não conformidade com as normas sanitárias	2	10	20
Atraso na entrega e na montagem	5	8	40
Falta de padronização na apresentação dos itens	2	2	4
Ausência de itens solicitados e constantes no cardápio	2	5	10
Deficiência de mão de obra para atendimento	5	8	40
Falta de infraestrutura de apoio (louças, talheres, toalhas, equipamento de aquecimento/refrigeração, copos ou demais itens essenciais para a entrega satisfatória do objeto)	5	8	40
Falha na reposição dos itens durante o evento	2	2	4

c) Os resultados da etapa de análise e avaliação de riscos permitem criar perfis de riscos das contratações, os quais:

- I - Facilitam a identificação da prioridade de riscos (em particular identifica os mais importantes riscos com os quais a alta administração deve se preocupar);
- II - Capturam as razões pelas quais as decisões tomadas sobre o que é exposição tolerável e não tolerável;
- III - Permitem àqueles envolvidos na gestão de riscos uma visualização de perfis de riscos e como essas áreas e responsabilidades estão relacionadas;
- IV - Facilitam a reavaliação e monitoramento dos riscos;
- V - Fornecem uma base de decisão para a etapa de Planejamento de Respostas aos Riscos.

d) As Matrizes de Riscos apresentadas acima consideram os riscos de maior relevância para a não contratação do objeto desta Nota Técnica, destacando-se os riscos cujos impactos seriam significativos para a ENBPar, empresa que detém a responsabilidade de comercializar cerca de 10% de toda a energia elétrica consumida no país, assim como gerir a empresa de geração termonuclear, Eletronuclear, e a parte brasileira da empresa Itaipu Binacional, assim como realizar a gestão dos Programas de Governo para o setor elétrico nacional.

ANEXO C DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO**DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (ART. 38º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 13.303/2016)**

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

a) Seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico, não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na ENBPar; e

b) Fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXX de XXXX.
ASSINATURA